Informação

Projeto de resolução n.º 1370/XIII/3.ª (BE)

Projeto de resolução n.º 1424/XIII/3.ª (CDS-PP)

Projeto de resolução n.º 1465/XIII/3.ª (PEV)

Projeto de resolução n.º 1466/XIII/3.ª (PCP)

Projeto de resolução n.º 1470/XIII/3.ª (PSD)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 10/04/2018.



- 1. Ao abrigo do disposto na alínea *b)* do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR), foram apresentadas as seguintes iniciativas:
 - <u>Projeto de resolução n.º 1370/XIII/3.ª (BE)</u> Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo;
 - Projeto de resolução n.º 1424/XIII/3.ª (CDS-PP) Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para a urgente reabilitação e requalificação da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo
 - Projeto de resolução n.º 1465/XIII/3.ª (PEV) Reabilitação urgente da Escola Básica de Vallis Longus de Valongo
 - Projeto de resolução n.º 1466/XIII/3.ª (PCP) Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo
 - Projeto de resolução n.º 1470/XIII/3.ª (PSD) Pela urgente requalificação da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo
- 2. A discussão das iniciativas ocorreu na reunião da Comissão de 10 de abril de 2018.
- 3. O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) começou por dizer que o seu Grupo Parlamentar visitou, por duas vezes, a escola e, nesse seguimento, apresentou o projeto de resolução em discussão. O edifício da escola tem décadas de existências e nunca sofreu uma intervenção de fundo, carecendo de tal intervenção como já veio noticiado nos meios de comunicação social a nível local e nacional. Referiu que o seu Grupo Parlamentar reuniu com a Direção da Escola a qual lamentou o facto de a escola ter vindo a ser «esquecida» pelos sucessivos governos e projetos comunitários. Salientou, ainda, que o atraso sistemático na realização de obras na escola também tem levado à necessidade de constante atualização dos projetos desenvolvidos com vista à requalificação da escola, por se demonstrarem ultrapassados e, consequentemente, não responderem às necessidades da escola. Na opinião do seu Grupo Parlamentar é oportuno que seja dada uma resposta válida a esta comunicado escolar, apelando à necessidade de a escola ser objeto de um projeto e de uma intervenção única.
- 4. O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que a situação desta escola é semelhante à da escola de Alpendurada, no Marco de Canavezes, objeto do Projeto de Resolução n.º 1315/XIII/3.ª do seu Grupo Parlamentar, e que surge agravada pelo facto de parte da cobertura possuir, ainda, amianto, bem como por se tratar de uma escola projetada para uma comunidade escolar de 600 alunos e se encontrar, atualmente, a servir cerca de 1000 alunos. Realçou o facto de constar do Plano Educativo da Escola a necessidade de utilização de outros espaços, como a



cantina, para a realização de atividades escolares. Terminou, concluindo pela necessidade de rápida intervenção na escola.

- 5. O Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV) expôs que o seu Grupo Parlamentar apresentou o presente projeto de resolução com vista a recomendar ao Governo a adoção das medidas necessárias para a urgente reabilitação da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo, de modo a garantir o direito à educação e proporcionar condições dignificantes a toda a comunidade escolar. Evidenciou tratar-se de um edifício com mais de 35 anos e que foi objeto de poucas intervenções ao nível do edificado, não obstante a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DEGestE) ter reconhecido a necessidade de intervenção e ter sido lançado, efetivamente, em 2009 um concurso para esse efeito. Referiu, ainda, que a escola não foi identificada no mapeamento realizado pelo Ministério da Educação para a aplicação de verbas comunitárias. Salientou que a escola não reúne as necessárias condições para formar cidadãos com uma sólida educação pessoal, social e científica, nem o desenvolvimento das capacidades/competências necessárias para um desempenho profissional e pessoal. Reportou-se, ainda, a problemas do edificado. E Concluiu, apelando à necessidade de realização de obras urgentes de reabilitação dos edifícios e espaços exteriores, de forma a garantir que no próximo ano letivo a escola disponha já de condições dignas ao ensino.
- 6. A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por dizer que foi dito quase tudo sobre a escola em questão, ainda assim, realçou tratar-se de uma escola com mais de 35 anos, que nunca foi objeto de intervenção. Referiu que em 2009 houve uma «tentativa» de intervenção, sendo certo que a escola clama por esta intervenção desde 2007. Sublinhou que a degradação é generalizada a toda o espaço escolar o que compromete o próprio desempenho escolar. Da parte do seu Grupo Parlamentar, o pretendido é a realização de uma requalificação urgente, mas também a definição e fixação de uma calendarização para essa requalificação. Referiu, ainda, que não devemos estar sempre dependentes de fundos comunitários e que compete ao Governo assegurar as necessárias condições, promovendo a efetiva requalificação e valorização do parque escolar público.
- 7. A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) sublinhou que a Escola Básica de Vallis Longus, serve a comunidade há quase quatro décadas, sem nunca ter sido alvo de uma intervenção de fundo, tratando-se de uma escola projetada para servir 600 alunos, mas que hoje acolhe mais de 1000. Referiu que, até à data, não foi avançada pela tutela uma solução para situação, não se podendo aceitar uma tao grave falta de intervenção, e nessa medida, pretende o seu Grupo Parlamentar, com o projeto de resolução, a definição de um programa de requalificação urgente da escola, de forma a garantir as condições indispensáveis a uma escolaridade de qualidade. Mencionou, ainda que, no que respeita ao mapeamento da escola para a aplicação de verbas comunitárias, poderá ter havido alguma inércia da parte do município de Valongo, lamentando o seu Grupo Parlamentar tal facto.



- 8. O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) retorquiu, referindo que a inércia não é do atual executivo de Valongo, mas antes do anterior. Mencionou que em 2009 chegou a ser publicitado um investimento para a requalificação da escola, mas que em 2011 entrou um novo Governo. Confirmou que o município de Valongo foi o único a ficar para trás no mapeamento, e que tal se deveu ao anterior executivo camarário e do governo, e não aos atuais. Terminou, referindo que o Governo está a acompanhar esta situação com todo o cuidado e atenção que a escola merece.
- 9. A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) pediu a palavra para responder, dizendo que no que respeita aos fundos comunitários o acordo só foi assinado em 2017, tendo ficado de fora apenas nessa altura.
- 10. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível nos projetos de resolução referidos, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República para agendamento da votação da iniciativa na sessão plenária, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 10 de abril de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)